

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2015n13p52>

A perspectiva docente sobre as Ciências Sociais no ensino médio integrado

The teaching perspective on the Social Sciences in the integrated secondary school

Mariana de Fátima Guerino
Doutoranda em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina
Professora de Sociologia (IFSC)
mariana.guerino@ifsc.edu.br

Marcela de Oliveira Nunes
Doutoranda em Educação Universidade Estadual Maringá
Professora Colaboradora Universidade Estadual de Londrina
marcela_mon@hotmail.com

Resumo: Problematiza-se o ensino de ciências sociais no ensino médio integrado ao profissional no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) na perspectiva dos docentes responsáveis por essa área, a qual se faz representada pela disciplina de sociologia. O objetivo é saber quais as suas correlações com dimensões mais amplas do trabalho docente no IFSC. Para isso, os professores responderam um questionário sobre o ensino de sociologia, onde mencionaram obstáculos presentes no cotidiano, os quais se expandem para além das salas de aulas e abarcam questões que envolvem servidores técnicos, gestores e demais docentes. Dialogamos com Silva (2007; 2009), Jinkings (2007), Sposito (2003), Shiroma, et al. (2011), dentre outros estudiosos que transitam por pela esfera do trabalho e educação. Dados preliminares indicam que a sociologia no IFSC tem se configurado em meio a contrassensos quanto aos conteúdos ministrados, metodologias, além do escasso reconhecimento e legitimidade da disciplina por alguns gestores e professores.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Ensino de sociologia. IFSC. Educação profissional. Trabalho docente.

Abstract: Social science teaching is the problematizes in high school integrated into the professional at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC) in view of the teachers responsible for this area, which is represented by the sociology discipline. The goal is to know what their correlation with broader dimensions of teaching in the IFSC. For this, the teachers answered a questionnaire about teaching sociology where mentioned obstacles present in everyday life, which extend beyond the classroom and embrace issues involving technical servers, managers and other teachers. Dialogued with Silva (2007; 2009), Jinkings (2007), Sposito (2003), Shiroma, et. al. (2011), among other researchers transiting through the sphere of work and education. Preliminary data indicate that sociology at the IFSC has set amid contradictions as the content taught, methodologies, in addition to the scarce recognition and legitimacy of the discipline by some managers and teachers.

Keywords: *Social Sciences. Sociology's teaching. IFSC. Professional education; Teaching work..*

Originais recebidos em: 08/03/2016

Aceito para publicação em: 13/05/2016



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Introdução

A obrigatoriedade do ensino de sociologia no ensino médio regular e no ensino médio integrado ao profissional coincide com o início da criação e expansão dos Institutos Federais (IFs), através da lei 11.684/2008. A trajetória da disciplina, assim como a da Rede Federal de Ensino se entrelaçam em razão de intermitências históricas e políticas. Os obstáculos e as especificidades da implementação da sociologia nessa e em outras modalidades de ensino (Educação Informal, Educação de Jovens e Adultos, Educação Prisional) foram e ainda são objetos de reflexão por diferentes estudiosos (PACHECO, 2012; MEUCCI, 2000; MORAES, 2003; SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Os docentes responsáveis pela disciplina de sociologia estão imersos nessas dinâmicas e revelam nesse estudo, observações vivenciadas no cotidiano de trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), o qual atualmente tem como prioridade a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, onde a sociologia hoje se faz presente, porém nem sempre foi assim,

Até 1971, o Ensino Médio ainda estava centrado na formação humanística voltada para preparação das elites brasileiras nas profissões consideradas nobres, como medicina, direito e engenharia, nas atividades intelectuais e artísticas e na preparação para o trabalho. Esta última modalidade sempre oferecida para os filhos dos trabalhadores, para as crianças pobres e abandonadas. O trabalho profissionalizante sempre teve uma conotação de controle da pobreza. O modelo de currículo predominante para o ensino médio era o Clássico-Científico, calcado num modelo de escola dual, uma destinada à elite e outra à formação da mão-de-obra para as classes trabalhadoras (SILVA, 2007, p. 411).

O trabalho dos professores de sociologia se relaciona, portanto, com a dualidade de classes expressa na história da educação e também com a história da disciplina, que desde 1925 é incluída e retirada do currículo de acordo com as demandas políticas e os conflitos instaurados entre os diferentes agentes, mudando o status de obrigatória para optativa, ou, até mesmo ao longo de um período ofertada na forma de Temas Transversais, isto é, conteúdos de “caráter social”, que devem ser incluídos no currículo não como uma área de conhecimento específica, mas como conteúdo a ser ministrado no interior das várias áreas estabelecidas.

No resgate cronológico dessas intermitências é necessário destacar algumas datas para localizarmos as mudanças na oferta do ensino. A exemplo da Reforma Capanema, de 1942, que marcou o fim da obrigatoriedade do ensino de Sociologia na

escola secundária. Na educação profissional, nesse período, eram privilegiadas somente disciplinas técnicas, sem estímulo reflexivo, portanto, a sociologia também não era contemplada em seus currículos, pois continuava a ser desenvolvida a qualificação para os filhos de trabalhadores para atenderem aos setores produtivos.

As reflexões sobre o ensino de sociologia tiveram Florestan Fernandes como um de seus expoentes, o qual, a partir da década de 1950, tratou dos limites e obstáculos enfrentados para a inserção da Sociologia no currículo da educação básica, e, ressaltou a importância dessa inserção

[...] o ensino de sociologia no curso secundário representa a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal, por excelência, para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna (1976, p.105).

Florestan defendia que a Sociologia no curso secundário é por excelência um meio de divulgação dos conhecimentos sociológicos, como também, impactaria no próprio desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência, porém, com a promulgação da Lei de Diretrizes e bases (LDB. 4.024/1961), a Sociologia tornou-se uma disciplina opcional, mantendo-se excluída de fato do currículo. Destaca-se também o distanciamento da sociologia com a educação profissional que se deu no decorrer dos anos de 1970,

quando é proposta a profissionalização compulsória do ensino médio no Brasil, que se vinculava ao alinhamento das políticas educacionais com os interesses internacionais que emergiam nesse momento, bem como havia naquele momento os interesses das elites nacionais associadas ao capital internacional (OLIVEIRA, 2013).

Após esse período, com o fim da ditadura, os anos de 1980 marcam o retorno da sociologia à escola secundária, ou seja, quatro décadas depois de sua efetiva exclusão do currículo. Nesse lapso temporal da Ditadura à Redemocratização os conteúdos da Sociologia foram abordados de forma transversal de acordo com a perspectiva teórico-pedagógica vigente em cada escola, retornando somente em 2008 na forma de disciplina obrigatória, com a lei n 11.684.

Desde então, alguns estados implementaram a disciplina no currículo de todas as séries do ensino médio e até mesmo criando diretrizes estaduais para a disciplina. Alguns estados foram resistentes à inserção, revelando que o retorno da disciplina aos currículos foi também resultado de um embate político, científico e ideológico acerca do papel e da importância do ensino de sociologia para os educandos.

Assim, o processo de institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil, em suas dimensões burocráticas e legais, depende dos contextos histórico-culturais, das teias complexas das relações sociais, educacionais e científicas, que atuaram e atuam na configuração do campo da Sociologia a partir de sua relação com o sistema de ensino (SILVA, 2007, p. 405).

Temos como exemplo de objeção, o estado de São Paulo, que em 2006, questionou a decisão do Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 04/06), que obrigava os estados a se organizarem para que, até meados de 2007, as disciplinas de Sociologia e Filosofia fossem inseridas nos currículos.

A obrigatoriedade da disciplina não garantiu que todos os estados a implementassem integralmente a partir de 2008, nem tampouco ofertassem a mesma carga horária. A sociologia na educação básica ou integrada ao ensino profissional encontra-se em meio a debates sobre sua relevância, contratação/formação de professores, definição de conteúdos, metodologias de ensino, dentre outros assuntos relativos à institucionalização da disciplina.

Ainda que permeado por discontinuidades e contrassensos, o debate está ocorrendo, e tem se revelado na lei que regulamenta a disciplina, nos documentos norteadores, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Ciências Humanas (PCNs) e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino de Sociologia (OCNs) e, assim como nos estudos que se desdobram sobre o tema, os quais são delimitados por variados recortes.

O desafio agora é compreender como cada rede de ensino se apropria do previsto juridicamente e se insere cotidianamente no trabalho docente. Sabemos que o trabalho dos professores de sociologia em cada momento histórico de definição sobre a disciplina na educação básica, ou integrada, merece destaque, porém, em decorrência da realidade atual e da recente expansão dos Institutos Federais pelo país, além da ênfase dada pelo Governo Federal para os IFs, este trabalho buscou compreender o processo de institucionalização da disciplina no ensino médio integrado, a partir dos dados levantados junto aos professores do (IFSC) no ano de 2015.

O IFSC como espaço de observação do ensino de sociologia

As transformações de mais de um século do que hoje chamamos de Institutos Federais (IFs), proporcionam amplas e relevantes análises para a sociologia da educação, e em particular para estudos sobre trabalho e educação, pois trata-se de uma instituição de ensino profissional, técnico e tecnológico, fortemente relacionada com o mundo social em seus distintos aspectos.

Essas análises têm se intensificado desde a promulgação da lei 11.892/2008, que cria os IFs e prevê a expansão de seus campi pelo país. A novidade desde 2008 é que os IFs ficam responsáveis por ofertar desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o ensino médio, superior e pós-graduações integradas ao ensino técnico e tecnológico.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, Art. 2º).

A expansão dos IFs surge como política educacional centrada na reestruturação da educação profissional técnica e tecnológica, com vistas à universalização do acesso e com enfoque na integração entre ciência, tecnologia, cultura e trabalho. A marca dos IFs, propagada pelo governo federal e disposta em seus documentos oficiais, é a da construção e efetivação de um projeto pedagógico que contemple os nexos possíveis entre diferentes campos do conhecimento e permita o acesso de estudantes em diversas partes do país.

Segundo dados do Ministério da Educação, estima-se que mais de 300 campi do IF estão espalhados pelo Brasil, excluindo os Centros Federais de Educação Tecnológica¹ (CEFETs) e as escolas técnicas vinculadas às Universidades, as quais também fazem parte da Rede Federal de Ensino. Só no estado de Santa Catarina existem

¹CEFETs: A sigla CEFET significa Centro Federal de Educação Tecnológica. Os Cefets são vinculados à esfera federal. Tiveram origem no final da década de 1970. Essa medida ocorreu por demandas de formação profissional no período da ditadura que exigia a formação técnica dos trabalhadores como requisito essencial para o progresso do país. Com a lei 11.892/2008, a rede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, adotou o nome de "Institutos", (os IFs), porém o CEFET/RJ e CEFET/MG permanecem com o nome antigo, mesmo fazendo parte da nova rede. O CEFET-PR passou a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

atualmente 22 campi do IFSC² (Instituto Federal de Santa Catarina) e mais 6 campi do IFC³ (Instituto Federal Catarinense), buscando atender, conforme a legislação, as necessidades produtivas das diferentes regiões do estado.

Nesse universo, adotamos o ensino de ciências sociais no IFSC como objeto de investigação, pois além da atual obrigatoriedade a ele conferido, constitui-se, em notável medida, como o responsável pela formação humanística, crítica e reflexiva dos estudantes dessa instituição, cuja abrangência não se encerra em salas de aulas, mas, se expande por todas as relações sociais. Esse recorte figura-se como significativo objeto de pesquisa sociológica, pois

Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e à reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma as aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus *loci* privilegiados (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 9).

O IFSC, portanto, é o *locus* privilegiado desse estudo, o centro irradiador de reflexões sociológicas sobre a educação, aqui problematizado pela via do ensino de ciências sociais, o qual se faz representado pela disciplina de sociologia⁴. A disciplina se constitui e se faz presente na realidade educacional paralela e juntamente com a dinâmica de desenvolvimento dos IFs, sendo assim, a estreita relação entre essas dimensões analíticas se dá pelo fato de que

Ocorre que a Sociologia pode tanto decantar a tessitura e a dinâmica da realidade social como participar da constituição dessa tessitura e dinâmica. Na medida em que o conhecimento sociológico se produz, logo entra na trama das relações sociais, no jogo das forças que organizam e movem, tensionam e rompem a tessitura e a dinâmica da realidade social (IANNI, 1997, p. 25)

Nesses termos, aliada às suas relações com a educação, a sociologia se desdobra em sua dinâmica para refletir sobre o movimento contraditório da sociedade capitalista.

² IFSC: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), teve sua origem do CEFET-SC. É uma instituição de ensino público e gratuito no estado e é vinculada ao Ministério da Educação. Sua reitoria está instalada em Florianópolis-SC.

³ IFC: Santa Catarina possui dois institutos federais que são instituições diferentes – cada uma com reitorias e com câmpus distintos. O Instituto Federal Catarinense (IFC) surgiu da junção de colégios agrícolas federais. Já o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) foi constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC).

⁴ A partir desse momento não utilizaremos mais a expressão “ensino de ciências sociais”, mas sim, “ensino de sociologia”, onde são desdobrados os temas relativos à sociologia, antropologia e ciência política nos cursos onde a disciplina é ofertada no IFSC. Apesar de serem ofertadas as três dimensões das ciências sociais na unidade curricular de sociologia, ela permanece com essa denominação presente nos planos pedagógicos de cursos, registros acadêmicos e documentos oficiais como PCNs e OCNs.

Ela é, portanto, uma via que permite entrelaçar questões especificamente pedagógicas, como o processo de ensino e aprendizagem e avaliação, com conexões de âmbito social, como a desigualdade social⁵, relações de poder e o trabalho docente, em meio a atividades educacionais em plena efervescência no interior do IFSC.

A perspectiva dos professores de sociologia do IFSC

Para compreender o ensino de sociologia no IFSC, as relações estabelecidas entre os diferentes agentes e a perspectiva dos docentes sobre a própria atuação foi elaborado um questionário⁶ composto por 17 questões discursivas, enviado a 11 professores do IFSC que manifestaram serem professores de sociologia, contudo somente 9 responderam o questionário completo.

O tempo médio de trabalho desses professores no IFSC é de 9,18 anos, apresentando em média 4,29 anos de docência na rede federal, o tempo de experiência varia de um a vinte anos dentro do IFSC. No que tange a formação dos respondentes, o grupo é composto por quatro professores mestres e cinco doutores, revelando alta qualificação do quadro docente.

As 17 questões estavam divididas entre perguntas objetivas sobre tempo de docência, tempo de docência no IFSC, campi/lotação e titulação.

Inquirimos também sobre a importância atribuída à sociologia na formação técnica; os obstáculos no ensino de sociologia; a recepção dos alunos em relação à disciplina; o tema que os alunos demonstram maior interesse; o tema que apresentam maior dificuldade de aprendizado e os principais temas/conteúdos abordados pelo docente.

Já no tocante à metodologia de ensino questionou-se como eram selecionados os conteúdos a serem ministrados e se o docente realizava algum projeto interdisciplinar e por fim se ele estabelecia conexões entre a sociologia, tecnologia e ciência.

⁵ Esclarecemos que a expressão ‘desigualdade social’, serve para mencionar que tal dimensão percorre todas as noções aqui explicitadas, trata-se de “compreender que a instituição escolar é uma instituição que emerge desta sociedade, que está a serviço dos interesses contraditórios que definem a constituição da sociedade capitalista moderna como sociedade desigual. (TOZONI-REIS, s/d, p.05). Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/169/3/01d09t03.pdf>. Acesso em 13/02/2016.

⁶Questionário enviado aos participantes via LimeSurvey.

Quanto à relação de trabalho na instituição perguntamos: como os docentes da formação técnica interpretam o ensino de Sociologia nesses cursos? E como os gestores/direção/coordenação dos respectivos campi se posicionam diante de uma formação humanística?

Neste trabalho elencaram-se cinco questões centrais para serem exploradas: os obstáculos para ensinar Sociologia no IFSC; o papel do ensino de sociologia na formação técnica; as metodologias de ensino empregadas no cotidiano escolar e as diretrizes curriculares; o status atribuído por docentes e dirigentes ao ensino de Sociologia em uma instituição tradicionalmente voltada à formação técnica, e as conexões estabelecidas pelos docentes entre sociologia, tecnologia e ciência.

Em conformidade com a perspectiva de que a escola na condição de campo investigativo é constituída de elementos não escolares que se fundem e que também são criados no interior da instituição, partimos de algumas hipóteses para a formulação do questionário, as quais transitaram pela escassa legitimidade científica atribuída à sociologia dentro de uma instituição tradicionalmente destinada ao ensinar a fazer, em detrimento do fazer reflexivo; da menor importância a ela conferida, devido ao seu caráter crítico, e de não desenvolvimento de produtos rápidos e úteis para o mercado, ou ainda por não preparar tecnicamente e em curto prazo, profissionais empregáveis para os setores produtivos.

Essa última hipótese associa-se diretamente à questão da escassa carga horária destinada para a sociologia dentro do IFSC, pois, no referido questionário, ao inquirirmos sobre esse assunto, nos diferentes campi de origem, constatamos os primeiros obstáculos para o desenvolvimento satisfatório do ensino da sociologia.

A presença da Sociologia no currículo do ensino técnico integrado

De acordo com as respostas dos docentes, não há uma carga horária padrão para a disciplina⁷, tudo depende dos cursos e dos campi. Verificamos cursos de ensino médio integrado que possuem a carga horária de 20 horas-aulas no decorrer de todo o ano

⁷ Na Lei 11.684/2008 é previsto a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nos três anos do ensino médio regular, sem fixar uma carga horária. Sendo assim, cada estado estipula sua matriz curricular, contudo, podemos verificar que alguns campi não cumprem o previsto na lei. Para os IFs, não há legislação específica sobre essa questão, ficando a cargo de cada gestão definir a carga horária da disciplina.

letivo, as quais podem ser divididas com a disciplina de Filosofia, contabilizando somente cinco encontros por semestre.

Essa situação prejudica o trabalho docente, assim como a apreensão dos conteúdos pelos estudantes, pois além da carga horária insuficiente para explorar as temáticas, em alguns casos as aulas são ofertadas uma única vez por semana, em encontros de 50 minutos.

Um dos principais obstáculos é termos uma aula por turma ao invés de duas aulas. Considerando a chegada do professor em sala, a realização da chamada e a contextualização do trabalho deixamos de ter cinquenta minutos e sim quarenta; e este tempo é muito insipiente para permitir um engajamento da turma de forma mais envolvente. Com o tempo curto não é possível trabalhar com metodologias que requerem mais tempo, como por exemplo, debates, dinâmicas em grupo, documentários, etc. (RESPONDENTE 5).

Somente um professor afirmou que a quantidade de horas estava a contento, todos os demais criticaram essa questão e a divisão das aulas se comparado à carga das exatas e área técnica. A exemplo disso evidenciou-se no Projeto Pedagógico de Curso do Ensino Médio Integrado de um dos campi do IFSC, que a disciplina de Matemática no 1º ano possui carga horária de 160 horas anuais, enquanto Sociologia, no mesmo ano, conta com somente 20 horas anuais.

Muitos salientaram que tal situação implica diretamente na qualidade e aprofundamento do conteúdo, “Não são suficientes para atingir os objetivos esperados, o conteúdo é trabalhado de forma aligeirada, as atividades ficam restritas e limitadas à baixa carga horária (RESPONDENTE 4)”.

O quadro de escassez de carga horária para a sociologia no IFSC, que se repete em quase todos os campi gera um ambiente de trabalho onde a sociologia é entendida como uma disciplina de menor importância na organização pedagógica da escola. Dessa forma os professores de sociologia, sentem-se compelidos a justificar os motivos pelos quais a sociologia é relevante no universo de disciplinas existentes no IFSC.

A sociologia no ensino profissional

Dando continuidade a essa reflexão, indagamos sobre a importância da sociologia na formação profissional. Todos os professores responderam que era muito importante, pois contribui para formação crítica e reflexiva, oferece elementos analíticos para que os estudantes compreendam os fenômenos mais amplos, tal como o mundo do

trabalho. Ademais permite a compreensão do próprio trabalho como um princípio educativo.

Segundo os respondentes, isso pode ser verificado em números, no ótimo desempenho dos estudantes formados no ensino médio integrado em vestibulares e no ENEM. Além disso, a formação crítica e reflexiva observa-se na participação dos estudantes em espaços decisórios dentro e fora do campi, nas suas articulações políticas e culturais.

Quando questionamos acerca dos obstáculos cotidianos vivenciados por esses docentes, somente um destacou que não havia. Os demais destacaram vários problemas, entre os mais citados estão desqualificação e/ou desvalorização da disciplina por parte de demais docentes e gestores.

Outro obstáculo é a desvalorização da disciplina por parte de professores da área de exatas e técnicas. Julga-se que a Sociologia é demasiadamente teórica e que a formação técnica não tem esse perfil. Outro ponto: considera-se a disciplina como de menor importância, sem a necessidade de reprovação e avaliações, pressupondo que os conteúdos podem ser ministrados por qualquer docente, já que são assuntos que dizem respeito à troca de opiniões sobre o mundo em que se vive (RESPONDENTE 4).

Diante do exposto, compreende-se que há um equívoco no entendimento de professores de áreas técnicas e exatas sobre como a sociologia pode contribuir com o processo de aprendizagem na educação profissional. Da mesma forma que essa compreensão pode ser resultado de um processo histórico, quando a sociologia era ministrada por diferentes profissionais liberais

É necessário dizer que esse espraiamento do ensino de Sociologia ocorreu na ausência de cursos de formação de professores de Sociologia, sendo comum a presença de advogados, médicos e engenheiros para cobrir essa carência (MORAES, 2011, p. 362)

Em importante estudo, Oliveira (2013) elenca as contribuições da sociologia para a educação profissional, mostrando que a disciplina desperta novas atenções sobre o mundo profissional, que até então eram despercebidas,

Além do mais a Sociologia traz ainda uma substancial contribuição na análise das relações de trabalho, em especial nas sociedades capitalistas, bem como do processo de globalização, ambas as questões possuem implicações diretas sobre a realidade da EPT (Educação profissional e tecnológica), bem como sobre o campo de atuação posterior dos sujeitos formados pelos Institutos Federais (2013, p. 171).

As contradições se prolongam e as incompreensões vêm à tona, na preconceituosa atribuição dada à sociologia de ser doutrinadora, ou de causar um efeito

entorpecente ou revoltoso, no sentido de provocar os estudantes a pensarem sobre distintas realidades, além desta que vivemos, ao invés de prepará-los para serem meros contribuintes de seus desígnios. Ao contrário, Nise Jinkings esclarece que a sociologia é uma:

Forma de autoconsciência e de indagação científica da realidade social, a Sociologia transforma-se continuamente à medida que se modifica e se complexifica seu objeto, repensando teorias, conceitos e recursos metodológicos, sem perder a dimensão histórica dos fenômenos sociais. Tendo como objeto a vida em sociedade nos seus movimentos e em transformação constante, o pensamento sociológico guarda relação complexa com as condições de existência social e com os desafios e necessidades práticos dos seres humanos, em diferentes momentos de sua história. Ao /mesmo tempo, pelas suas conceituações e reflexões, desvenda contradições, singularidades e universalidades constitutivas da realidade social, que implicam possibilidades de crítica e de transformação desta mesma realidade. (2007, p. 116).

Há o reconhecimento de que muitos profissionais estão dedicados a romper com esse quadro confuso e contraditório sobre a sociologia dentro do IFSC, os respondentes informaram que foram organizados grupos de estudo diversos, sobre temáticas que permeiam a vida dos servidores públicos que lá atuam.

Uma delas é a tentativa de promover um diálogo sobre a necessidade da criação de um caminho pedagógico linear, como a construção do Regimento Didático Pedagógico (RDP). Trata-se de um documento que regulamenta as atividades didático-pedagógicas de todos os campi do IFSC, dispõe que todos os cursos de mesma denominação, ofertados nos diversos campi deverão ser harmonizados, garantindo identidade única da oferta educativa.

Entretanto, em nosso entendimento, as discussões pedagógicas dentro do IFSC deveriam se dedicar a dimensões fundamentais de seu funcionamento, como o estudo de suas diretrizes, o currículo integrado, a formação continuada específica para a educação profissional, ao contrário da busca pela harmonização e linearização de uma realidade, que por sua natureza é multifacetada e contraditória.

Em sintonia com a RDP, a Harmonização Curricular⁸ é um processo de construção da identidade das ofertas dos cursos do IFSC, e possui os seguintes eixos: 1) Adequar todos os projetos pedagógicos de cursos ao novo Regulamento Didático Pedagógico (RDP), aprovado pelo Conselho Superior (Consup); 2) Nos cursos em que a oferta é multicampi construir/rever conjuntamente os projetos pedagógicos dos cursos,

⁸ Para dar início a esse grande projeto, serão harmonizados os currículos dos cursos técnicos integrados do IFSC, os quais devem representar ao menos 50% de nossa oferta, de acordo com a Lei nº 11.892/2008.

buscando identidade na oferta formativa, respeitando as peculiaridades regionais. 3) Adequar todos os projetos pedagógicos às Diretrizes de Cursos que serão identificadas no processo de harmonização.

Essas medidas estão ocorrendo através de debates em comissões denominadas especificamente para desdobrar o assunto. Nesses diálogos estão sendo pautadas questões fundamentais para a sociologia, como a escassa carga horária e a valorização da disciplina em relação a outras áreas como as exatas e técnicas.

Entretanto, ainda diante da justificativa da ampliação da carga horária para sociologia, a maioria dos gestores e docentes que não são da área, a consideram dispensável ou de menor importância, sustentando a concepção tecnicista e equivocada da necessidade imediata da prática em detrimento da teoria.

É possível vislumbrar esse conflito pelo viés da pedagogia das competências, amplamente assumida pelas políticas educacionais no Brasil⁹, e presente, inclusive nas dimensões político-pedagógicas dentro do IFSC. Em linhas gerais, a pedagogia das competências se edifica sobre as seguintes bases:

[...] é papel da escola formar cidadãos aptos a entrada no mercado de trabalho e que estejam capacitados para operar determinadas funções dentro do modelo de acumulação flexível. Para tanto, é necessário que o próprio professor seja formado com base nestes critérios, para que ele possa ensinar os estudantes partindo da mesma concepção pedagógica, ou seja, trata-se de dizer que a pedagogia das competências deve estar presente em todos os âmbitos da formação profissional, seja ela superior, média ou fundamental. (CARIDÁ, 2015, p. 156).

Entende-se que a pedagogia das competências está a serviço das relações capitalistas em seus aspectos atuais, não sobrando espaço para o seu questionamento. Relaciona-se, sobretudo, ao conhecimento limitado à adaptação e conformação dessa realidade, ainda que disfarçada como preparatória para uma formação completa

[...] o novo trabalhador que deve, principalmente, saber-ser, polivalente no trato de novos instrumentos de trabalho, ágil e flexível no raciocínio e na tomada de decisões, além de mostrar-se também harmonioso, cooperativo e emocionalmente equilibrado (inteligência emocional?) (JIMENEZ, 2003, p. 4).

⁹ Nosso enfoque não é detalhar dimensões da pedagogia das competências, mas, sobretudo, relacioná-la aos dados da realidade percebidos na presente pesquisa. Para ampliação de estudos relativos à pedagogia das competências, consultar: ARAÚJO, (2001, 2004), ROPÉ, F.; TANGUY, L. (1997).

A ênfase recai sobre o desenvolvimento de capacidades pessoais, porém, apesar dessa concepção individualista, a escola (que pressupõe a formação coletiva) ainda se constitui como o núcleo que certifica a formação de seus estudantes. A posse das competências e o seu desenvolvimento têm sido colocados como uma construção pessoal. A Pedagogia das Competências coloca o estudante singular no centro do sistema educativo padronizado, as competências, nesse sentido, apesar de serem colocadas como atributos individuais, obrigam a sua validação pela organização institucional (TANGUY; ROPÉ, 1997).

Ou seja, o IFSC como o meio certificador dessa formação baseado nas competências, é o núcleo inflamado de disputas que circundam o ensino de sociologia, o trabalho docente, além de dimensões muito amplas da vida social, pois é nesse espaço que as contradições se tornam cada vez mais agudas, decorrentes de dimensões que somente pesquisa sociológica nos permite evidenciar.

Metodologias de ensino

Nesse contexto, e dando seguimento às respostas contidas no questionário, indaga-se as formas pelas quais os docentes elaboram suas aulas e definem seus conteúdos programáticos para a sociologia.

Percebemos que não há um consenso acerca das fontes e dos conteúdos específicos. E que no geral é um trabalho constante de construção, de levantamento bibliográfico, de temas e materiais. No entanto, sabe-se que no processo de institucionalização da disciplina na Educação Básica é necessário “um consenso de conteúdos” para que a seleção deles não seja a partir de questões subjetivas, como a predileção por determinados temas, e que o aluno tenha acesso, na medida do possível, aos conteúdos que estruturam as Ciências Sociais.

Sobre essa realidade divergente, um dos respondentes destacou o seguinte:

Devemos seguir os PPPs de cada campi. No entanto, como as ementas da maioria deles foi construída por profissionais que **não eram da área**, eles têm problemas sérios, tanto nos conteúdos quanto na ordem de desenvolvimento dos temas. Em muitos campi havia uma única disciplina chamada de Filosofia/Sociologia o que tornou as ementas ainda mais confusas e, por vezes, inconsistentes. Tenho feito um trabalho de reconstrução e de adaptação dessas ementas de maneira à não me distanciar do PPP, mas elegendo como princípio, como norte as Diretrizes e Normativas legais e os nossos debates sobre o ensino da disciplina (grifo nosso).

Ao mencionar PPP, o professor provavelmente se referia ao Plano Pedagógico de Curso (PPC). No IFSC não há Plano Político Pedagógico, (PPP), mas sim um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual é refeito a cada cinco anos¹⁰.

Outros três professores destacaram que elaboram o seu planejamento a partir dos temas sugeridos pelos alunos.

Essa multiplicidade de formas e abordagens no ensino da disciplina é compreensível tendo em vista esse processo ainda embrionário, contraditório e sobretudo de disputas que se inscrevem na institucionalização da disciplina. Ademais, diferentes perspectivas sociológicas também marcam as posições político-ideológicas desses docentes, agudizando ainda mais as questões aqui inscritas, pois referem-se à objetividade do ensino de sociologia, tema que, por tamanha complexidade, merece ser desdobrado em uma próxima pesquisa, pois:

Não se trata de saber e reconhecer se há ou não comprometimento político, religioso, empresarial, governamental do sociólogo ou cientista social. O que está em causa é reconhecer que as condições sob as quais se processa o conhecimento compreendem inclusive o modo pelo qual a sociedade absorve, seleciona, critica ou rejeita o produto da atividade intelectual (...). Não é apenas a teoria que se põe em prática nesta ou naquela modalidade; é o movimento da história que frequentemente se decanta em teoria (IANNI, 2004, p. 53).

Quanto ao questionamento acerca de diretrizes para a sociologia no IFSC, um docente afirmou que a instituição tem uma diretriz para a disciplina “Agora existe uma diretriz, além disso nosso Instituto atua no Estado de SC que tem o LEFIS com discussões muito avançadas sobre o ensino de Sociologia. Praticamente todos os docentes conhecem a proposta curricular do estado bem como as OCN para o ensino de Sociologia (Respondente B)”, fato que não se comprova na realidade, tendo em vista os atuais desdobramentos em torno da Harmonização Curricular anteriormente referida.

O Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (LEFIS) é uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com escolas estaduais (SOUZA, 2004; JINKINGS, 2007). Nele existem capacitações periódicas para docentes dessas disciplinas, produção de materiais didáticos, grupos de estudos com estudantes de ciências sociais e filosofia, dentre outras atividades. Portanto nem todos os professores de Sociologia do IFSC podem participar, tendo em vista que a

¹⁰ PPI disponível em: http://pdi.ifsc.edu.br/files/2014/06/capitulo_2_final.pdf. PDI disponível em: <http://pdi.ifsc.edu.br/>.

localidade de seus campi de lotação nem sempre são próximos à cidade de Florianópolis, onde localiza-se o LEFIS, inviabilizando a participação efetiva em suas atividades.

Como dito anteriormente, há as OCNs e PCNs que abordam a disciplina de Sociologia, no entanto, não há uma Diretriz Federal que ampare os campi dos IFs. A diretriz a qual o professor respondente se refere é aquela proposta para a rede estadual de ensino do estado de Santa Catarina. Tanto as OCNs como o PCN e o PCN+ são pensados para o ensino médio regular, e não para o ensino médio integrado à educação profissional.

As contradições se dilatam na medida em que alguns professores afirmam o fato de que em alguns campi a disciplina está submetida ao PPC do curso técnico, ou seja, são mantidos antigos PPCs, onde não há integração com a área básica.

Dentre as dimensões já mencionadas, a falta de material didático (livros/apostilas) que ampare a disciplina e cursos de formação continuada são problemas apontados por dois professores, apesar de o IFSC estar inserido no PNLD e receber livros didáticos de sociologia, e além de seu sistema de biblioteca oportunizar o pedido de obras de todas as áreas do conhecimento em determinados períodos do ano.

De acordo com as manifestações no questionário, atualmente cada professor define os conteúdos a serem ministrados nas aulas de Sociologia de diferentes formas, alguns selecionam a partir das OCNs e dos PCNs, outros, a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mesmo que tais documentos não sejam específicos para o ensino médio integrado.

A partir de todo esse cenário de obstáculos, perguntamos aos professores quais as metodologias de ensino utilizadas para superar tais contratempos.

Somente cinco professores responderam a essa pergunta, os quais mencionaram o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como de fundamental importância, assim como seminários, aulas expositivas, debates, recursos visuais, leitura e discussão de pequenos textos e também análises de charges, tirinhas e cartuns, de onde são extraídos os conceitos a serem trabalhados. As dinâmicas de grupo e documentários igualmente são utilizadas nas aulas de sociologia. Conforme a colocação de um respondente: “não há uma fórmula, mas sim adaptações”.

Percebe-se que há uma variedade de posicionamentos metodológicos assumidos pelos professores da área, possivelmente esse fato ocorra porque os campi

possuem realidades distintas, ou, da disciplina não conter diretrizes próprias para o ensino-aprendizagem específico no IFSC.

O fato de existir somente um docente da área em cada campi, reduz a possibilidade de diálogo a respeito de metodologias com os pares, no entanto, é possível a interlocução com professores de outras áreas, porém os obstáculos já debatidos acerca da Sociologia dentro do IFSC constituem um entrave para que este diálogo seja aberto e conduza os caminhos para a prenunciada integração do ensino.

Já o pouco espaço da disciplina em eventos realizados no IFSC é apontado por quatro respondentes, cabe destacar que o quadro docente de sociologia do IFSC é qualificado, constituído por mestres ou doutores, evidenciando uma formação de professor-pesquisador, contudo, no diálogo com as demais áreas (técnica e geral), o trabalho é desqualificado assumindo para alguns o status de não ciência. Os trechos abaixo evidenciam objetivamente o problema.

Os docentes da formação técnica interpretam que a disciplina não é prática; que não possui embasamento científico; que é doutrinária (RESPONDENTE 4).

Os obstáculos vão desde a desvalorização da disciplina e dos educadores pelo IFSC, passam pelo pouco espaço no currículo, a quase inexistência de espaços que promovam e valorizem os conhecimentos sociológicos nos eventos organizados pela instituição (RESPONDENTE 3).

O status dos docentes de Sociologia no IFSC

Quanto ao status atribuído por docentes e dirigentes ao ensino de Sociologia em uma instituição tradicionalmente voltada à formação técnica, temos elementos que nos permitem indicar, que ainda é necessário um dedicado trabalho de reconhecimento e legitimidade da Sociologia no ensino médio integrado. Um dos respondentes destaca o seguinte:

Dentro do IFSC como um todo (já trabalhei em mais de um campi e dialogo com docentes de outros) o maior obstáculo tem sido legitimar nosso lugar diante dos gestores e professores das áreas técnicas, garantir um espaço que permita não apenas um contato mínimo com a disciplina, mas a garantia de uma formação inicial e que atenda aos objetivos estabelecidos nas Diretrizes e nos debates sobre o Ensino de Sociologia (RESPONDENTE 6).

A partir das falas sobre os gestores e docentes da área técnica é possível detectar que desconhecem a relevância do conhecimento sociológico para compreensão e explicação de fenômenos e temas tão centrais ao ensino técnico, como trabalho, tecnologia e ciência. As implicações dessas posturas refletem na não inserção, ou, até mesmo consulta/convite à área de Sociologia nos eventos realizados pela instituição.

Quando observado de forma panorâmica, as respostas dos docentes relativas à carga horária, obstáculos enfrentados para o ensino de Sociologia e o reconhecimento da disciplina perante os gestores e professores da área técnica, observou-se que somente um professor destoou da realidade vivenciada pelos demais.

Ele afirma não sofrer obstáculo nenhum e que os gestores dos campi reconhecem perfeitamente a importância da disciplina. Apresenta-se lacônico quanto ao seu próprio ambiente de trabalho, sugerindo, por exemplo, que fizéssemos uma pesquisa com os professores da área técnica quando questionamos “Como os docentes da formação técnica interpretam o ensino de Sociologia no IFSC?”.

Os demais professores no próprio envolvimento diário com as turmas, nas reuniões e em eventos institucionais são capazes de perceber o posicionamento dos professores da área técnica e pontuar alguns obstáculos que aparentemente atingem a todos os professores do IFSC. Seria importante em outra oportunidade investigar as razões que levam esse professor a uma perspectiva tão diferente do restante.

As complexidades se avolumam, e a inserção da sociologia em espaços que antes eram inacessíveis, como o IFSC, irão demandar outras questões que vão além do ensino propriamente dito, “(...) é preciso reconhecer que elementos não escolares penetram, conformam e são criados no interior da instituição e merecem, por sua vez, também ser investigados” (SPOSITO, 2003, p. 2015), e, por ser a educação um campo de lutas, a expansão dos IFs, assim como a legislação que obriga a oferta da sociologia no ensino médio e integrado, não garantem a consolidação definitiva dessas duas dimensões, cujas dinâmicas vitais são coexistentes.

Para cada ganho de espaço, outras demandas surgiram, tais como: necessidade de diretrizes e orientações para seleção de conteúdos e métodos de ensino, de materiais didáticos, de professores capacitados, de incremento nas licenciaturas dos cursos de Ciências Sociais, de espaços de formação continuada nas universidades, de elaboradores de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, de professores de Sociologia para as burocracias educacionais, entre tantas outras demandas e desafios que

se multiplicaram a partir dessa expansão crescente após 1996. Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas (SILVA, 2010, p.10).

Essa análise nos permite compreender melhor o momento específico vivenciado no interior do IFSC. Claramente é um momento de luta por espaço, reconhecimento e institucionalização.

Considerações finais

A partir de todo o exposto acima, concluímos que ainda há um longo processo a ser percorrido para que a sociologia seja compreendida como uma disciplina relevante dentro dos IFs, especificamente no IFSC.

As respostas contidas nos questionário, indicaram importantes questões sobre a sociologia e a formação humanística no IFSC, que perpassam pela necessidade de ampliação de carga horária, aumento no debate sobre metodologias de ensino, assim como o reconhecimento da disciplina dentro de uma escola que guarda historicamente características do período dos CEFETs, com um tipo de educação voltada às disciplinas técnicas, sem a relação com a realidade.

Com a mudança dos CEFETs para os IFs, as tradicionais disciplinas técnicas devem integrar-se às disciplinas básicas, implementando o chamado currículo integrado, entretanto, historicamente essa integração apresenta fortes resistências por parte de docentes e gestores, e, diante do estudo aqui realizado, nota-se que a sociologia se encontra nessa contradição, particularmente por sua natureza crítica e de questionadora da realidade.

Apesar do ingresso na carreira docente no IFSC se dar pela aprovação de concurso público em áreas específicas de formação, ainda existem campi com professores que não são da área das Ciências Sociais. Esse fato também comprova o caráter ainda negligente da disciplina e da formação humanística por parte de seus gestores.

A fala de um respondente elucida objetivamente essa situação:

Como já relatei, há, ainda bastante restrição à presença da disciplina, que é entendida, muitas vezes como um acessório, um complemento,

que poderia ser trabalhado por profissionais de outras áreas e sem muita importância (não somente pelos docentes da formação técnica, por alguns colegas da formação geral também) (RESPONDENTE 6).

Os professores da área ao reconhecerem a necessidade de legitimação da disciplina, se organizaram em forma de um Seminário de Ciências Humanas em 2014, esse evento reuniu professores de Sociologia, mas também demais professores da área de Ciências Humanas, onde foi discutido grande parte dos problemas trazidos neste texto. Formou-se um grupo de debate *on-line*, via *e-mail*, entretanto, os diálogos encontram-se enfraquecidos.

Orientados pela reitoria, no contexto da já mencionada Harmonização Curricular, novos grupos de *e-mails* de áreas específicas foram montados a fim de viabilizar o diálogo entre as áreas no objetivo de organizar um currículo único que tenha a “marca IFSC”.

O grupo de professores de Sociologia tem debatido sobre a disciplina e seus obstáculos, carga horária, dentre outros assuntos, porém em um contexto de demanda institucional, e não em função do reconhecimento da Sociologia dentro do IFSC, ou seja, o debate limita-se, sobretudo, à organização curricular, mas não tem se prolongado acerca dos embates históricos e políticos da disciplina em uma instituição marcadamente voltada à educação profissional sem relação com a realidade e suas contradições.

Espera-se que esse estudo traga novos ânimos para a organização dos professores de Sociologia para um debate fecundo, com encaminhamentos efetivos sobre a disciplina e sobre a própria condição dos docentes de sociologia do IFSC.

Referências

ARAUJO, R. M. de L. *Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso*. 218f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

_____. As referências da pedagogia das competências. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 497-524, jul./dez, 2004.

BRASIL. *Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: maio 2015.

_____. *Lei nº 11.684 de 02 de junho de 2008*. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. *Lei N. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. *Resolução nº 41 de 20 de novembro de 2014*. Aprova o Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Consup2014/resolucao41comRDPeGLOSSARIO.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

_____. *Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997*. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

_____. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias*. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, 133 p. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: maio 2015.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF. 126p. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: maio 2015.

_____. *Plano de desenvolvimento Institucional do IFSC 2015/2019, 2014*. Disponível em: http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_IFSC_versao_final_menor_21.pdf. Acesso em dezembro de 2015.

CARIDÁ, A. C. B. Pedagogia das competências e ensino de sociologia: adesão e resistência nas diretrizes curriculares das regiões sul e sudeste. *Revista Em Tese*. v. 12, n. 2, ago./dez, 2015.

CIAVATTA, M; FRIGOTTO, G. (orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

_____. RAMOS, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1976.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun, 2001.

_____. A Relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educ. Soc.*, Campinas, v.28, n.100 out, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf> . Acesso em 30/05/2015.

IANNI, O. Sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, L. (Org.). *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. (org.). *Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

JINKINGS, N.. Ensino de sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, P. 113-130, 2007.

_____. *Trabalho e educação: o ensino de sociologia em escolas brasileiras*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.academica.com/000-062/1430.pdf>. Acesso em 30/05/2015.

JIMENEZ, S. V. Consciência de classe ou cidadania planetária? *Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador*. Fortaleza, 2003 (mimeo).

KUENZER, A. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out, 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 27/05/2015.

_____. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan/jun, 2006.

MEUCCI, S. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH-Unicamp, Campinas, 2000.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Revista Tempo Social*, São Paulo, 2003.

Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 13, p. 52-74, 2015. ISSN 1980-3532

_____. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. ad. *CEDES*, vol.31 n.85. Campinas, 2011.

OLIVEIRA. M. R. N. S. Mudanças no mundo do trabalho: Acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 70, Abril, 2000.

OLIVEIRA. A. Em que a sociologia pode contribuir para a educação profissional e tecnológica? *HOLOS*, Ano 29, Vol. 5, 2013

PACHECO F. C. *Diálogo de surdos: as dificuldades para a construção da Sociologia e de seu Ensino no Brasil [1850-1935]*. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

RAMOS. M. CIAVATTA. M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun, 2011.

_____; CIAVATTA. M; FRIGOTTO. G. *Educação Profissional e Desenvolvimento*. Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, como patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005

ROPÉ, F. TANGUY, L. *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus, 1997.

SHIROMA. E.O; MORAES. M.C.M; EVANGELISTA. O. *Política educacional*. Rio de janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, I. L. F. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das ciências sociais/Sociologia, no estado do Paraná (1970-2002)*. Tese de Doutorado - FFLCH/USP, 2006.

_____. A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez, 2007.

_____. [et al]. *Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa*. Londrina : UEL, 2009.

_____. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. Coleção Explorando o Ensino. *Sociologia: ensino médio*, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em janeiro de 2016.

SOUZA, F. P. Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, em Santa Catarina. *Mosaico Social*: Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, ano 2, n. 2, dez, 2004.

SPOSITO. M.P. Perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, São Paulo, n.57, p. 210-226, 2003.

TOZONI-REIS. M. F. C. S/D. *A Contribuição da Sociologia da Educação para a Compreensão da Educação Escolar*. Disponível em:
<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/169/3/01d09t03.pdf>. Acesso em 12/02/2016.